

## APRESENTAÇÃO

*Maria Maura Cezario (UFRJ) e Vera Lúcia Paredes Silva (UFRJ)*

O tema deste número da Revista Linguística, mudança linguística, esteve relegado a segundo plano por cerca de meio século, com o advento da chamada Linguística Moderna, assim considerada a partir da publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure. Após um longo período de valorização dos estudos históricos, o linguista suíço, ao propor a dicotomia sincronia/diacronia, pretendeu demonstrar que também era possível fazer ciência linguística operando um corte no fator tempo, e examinando as relações estabelecidas num estágio (ou um estado) da língua, independentemente do que o precedera ou sucedera.

Assim, a linguística estrutural, saussuriana ou norte-americana, manteve nossa atenção dirigida para a descrição do sistema de elementos e relações coexistentes num dado momento. Buscar explicações na história para fatos sincrônicos, como, por exemplo, a descrição de uma forma atual pelas suas origens no português arcaico ou no latim era considerado “mistura de planos”.

Com o advento da gramática gerativa, na segunda metade do século XX, os estudos históricos continuaram fora do foco principal de interesse. Pode-se dizer que os gerativistas, mais preocupados em compreender a capacidade linguística humana naquilo que apresenta de universal e inato, não estavam basicamente interessados nos fenômenos de mudança. Em poucas palavras, esta poderia ser apreendida de uma geração para outra, no processo de aquisição da linguagem pela criança.

Na década de 70, o surgimento da Sociolinguística Variacionista Laboviana trouxe um novo impulso aos estudos da mudança linguística. O clássico trabalho de Weinreich, Labov e Herzog (1968), *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, embora, no dizer dos próprios autores, não pretenda ser uma teoria completa da mudança linguística, tem servido até hoje de referência aos estudiosos pelos fundamentos e proposta metodológica que apresenta.

A partir de então, valoriza-se o exame da língua no seu contexto de uso, com a variação presente nas comunidades de fala. Os linguistas que comungaram o princípio da heterogeneidade ordenada passaram a refletir sobre variação e mudança. Nesse sentido, os trabalhos de Sankoff e Laberge (1980) sobre o *tok pisin* representam um marco.

Da associação de análises variacionistas com a perspectiva funcionalista de que a gramática se adapta e emerge a partir do uso surge um interesse crescente pelo processo de gramaticalização. Embora o termo não seja novo (como se sabe, foi introduzido na linguística por Antoine Meillet no começo do século), o conceito foi expandido, e os estudos de gramaticalização se estenderam também a questões de tipologia.

Pode-se dizer que uma nova fase dos estudos de mudança linguística se inaugura, discutem-se os princípios relacionados à gramaticalização. De acordo com Christian Lehmann, em entrevista concedida a Marcos Wiedemer para este número, talvez a contribuição mais importante da pesquisa sobre gramaticalização tenha sido a revalorização dos estudos diacrônicos e a reaproximação entre sincronia e diacronia, apartadas desde Saussure. O proeminente linguista alemão, que se tem dedicado não só à teoria linguística como a estudos comparativos e tipológicos, é considerado uma importante referência, em se tratando de gramaticalização. Na entrevista em tela, ele relembra sua proposta, em obra de 1982 [2002], de um tratamento abrangente para o tema, que permitisse comparar itens e construções, quanto ao seu grau de gramaticalização. Destaca, ainda, que a maioria dos linguistas de orientação funcionalista tem incorporado o conceito em suas análises.

Sobre a relação entre os estudos de gramaticalização e algumas tendências recentes na linguística, como a gramática de construções, Lehmann argumenta que, a rigor, a gramaticalização de um item e da construção que o contém representa os dois lados de uma mesma moeda, mas reconhece o impulso que a gramática de construções tem dado aos estudos de gramaticalização. Estes, também, ao restaurarem a importância do significado, muitas vezes ignorado na tradição estruturalista, tem atraído o interesse das abordagens cognitivas.

Um ponto que tem merecido atenção, na perspectiva diacrônica, é a distinção entre renovação e inovação. Para Lehmann, enquanto a primeira representa a substituição de elementos, mantendo-se a construção ou a categoria, a segunda implica a criação, na comunidade fala, de uma categoria até então inexistente.

Finalmente, entendendo a gramaticalização como a “rotinização de expressões que anteriormente foram expressivas”, Lehmann discute a dificuldade de reverter esse processo, apontando a dificuldade de se encontrarem casos inquestionáveis de degramaticalização.

A perspectiva mais recente para questões relativas à mudança linguística, a saber, a da gramática de construções, está representada neste volume por Elizabeth Traugott e Graeme Trousdale. Para entender-se essa nova perspectiva, é preciso inicialmente, de acordo com Traugott (2012), estabelecer uma distinção entre “construcionalização”, entendida como o desenvolvimento de novas construções, e “mudanças construcionais”, ou seja, mudanças em subcomponentes de construções já existentes. A proposta da autora não é apenas mostrar como mudam as construções, mas desenvolver um modelo da mudança linguística em geral, modelo esse que englobe tanto a gramaticalização como a lexicalização e evite uma separação entre significado e forma. Construções são entendidas como pareamentos forma-significado, independentemente de sua extensão: o conceito se aplica a desde uma oração complexa até um afixo. Além disso, assumindo que as construções da gramática e do léxico formam um contínuo, é possível, nessa abordagem, apreender a gradação (*gradualness*) da mudança, através de seus pequenos passos (mudanças construcionais).

Esses conceitos e outros, básicos, que representam as ideias mais recentes de Traugott sobre essa abordagem, são esclarecidos na entrevista eletrônica concedida pela linguista, especialmente para este número, a Maria Maura Cezario e Julia Nunes. A autora, uma das mais destacadas e produtivas pesquisadoras na área dos estudos históricos na atualidade, reitera que o modelo da gramática de construções oferece um arcabouço teórico apropriado para lidar com a mudança, seja em nível lexical, seja em nível gramatical, na medida em que leva igualmente em conta significado e forma, e não traça uma fronteira nítida entre léxico e gramática.

Traugott questiona que a gramaticalização seja concebida basicamente como uma redução (desbotamento, fusão, aglutinação, etc.) É preciso que se leve em conta também a expansão, em termos de aumento de contextos que podem acolher a nova forma, ou, no caso da construcionalização lexical, o desenvolvimento de novos padrões de formação de palavras. Destaque-se que a autora se filia a uma vertente da gramática de construções cuja abordagem é centrada no uso. Nesse sentido, alinha-se com Croft (2000), ao defender que é no uso que a mudança acontece.

Quanto ao papel da subjetificação e intersubjetificação na mudança, a autora esclarece que a primeira tende a estar mais presente no desenvolvimento de construções da gramática, enquanto a intersubjetificação está mais associada a mudanças em conteúdo.

Graeme Trousdale, no *squib* escrito para este número, discute alguns pontos relativos ao surgimento de novos tipos de palavras, a partir da história do Inglês, na perspectiva da construcionalização e das mudanças construcionais. Entendendo o conhecimento linguístico como o conhecimento de uma rede de pareamentos simbólicos convencionais entre forma e significado, o autor defende também não haver diferença essencial entre construções morfológicas e sintáticas, sendo possível situá-las num *continuum*. O ponto em discussão nesse texto são as relações entre os níveis mais substantivos de uma construção morfológica e seus níveis mais abstratos, esquemáticos, que se refletiriam em sua produtividade na língua. Como se verificaria a emergência, manutenção e desaparecimento, tanto de palavras individuais como de esquemas construcionais? Embora os dados possam evidenciar a mudança nos padrões de produtividade numa comunidade de falantes, a relação entre as mudanças na comunidade e a natureza da representação mental no indivíduo ainda precisa ser mais claramente estabelecida.

Dos artigos que integram este número da Revista Linguística, a maioria se vincula a uma abordagem que considera, de alguma forma, processos de gramaticalização: são os que focalizam aspectos morfossintáticos do português e do espanhol.

O artigo de Rosário, ao discutir mudanças em curso no inventário dos conectivos no português brasileiro, apresenta uma investigação sobre as partículas *quando* e *e*, analisadas como possíveis inovações na lista dos conectivos que expressam concessividade no português brasileiro. Para isso, utiliza os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso. A análise tem por base amostras de língua escrita: 1275 discursos políticos obtidos no *site* oficial da ALERJ, no ano de 2009.

A hipótese central do trabalho parte do pressuposto de que as construções concessivas seriam pouco gramaticalizadas. Assim, a instabilidade no seu quadro abriria as portas para o surgimento de novos elementos, favorecendo uma ampliação do quadro de conectivos. Tal perspectiva se coaduna com a visão de gramática emergente, tão cara ao funcionalismo (cf. Hopper 1987): um sistema de regularidades resultante de pressões de uso, sejam elas de ordem comunicativa ou cognitiva. Desse modo, novas construções emergiriam para suprir novas necessidades discursivas. Tais colocações nos remetem à chamada Linguística Funcional Centrada no Uso, cujo interesse pelo processo de mudança das construções é crescente.

A análise de Rosário permitiu-lhe verificar uma polissemia construcional envolvendo o uso dos conectivos em tela, o que confirmou a tese de que estão em vias de gramaticalização. Além disso, a preferência pelo uso dos verbos no indicativo, na presença desses conectivos, contraria as expectativas tradicionais referentes ao modo associado à concessividade e reforça a tese do autor, de que o estágio de gramaticalização em que se encontram ainda é muito incipiente. Acrescente-se que,

no caso de *quando*, o processo de *dessemanticização* do item ainda não atuou de forma a esmaecer o sentido temporal original, apenas superpondo-se a ele. O autor analisa o caso como um fenômeno de *variabilidade paradigmática* (cf. Lehmann, 1988), já que estaria havendo a ampliação do espectro da expressão da concessividade.

Também na perspectiva da gramaticalização, Gonçalves e Sousa apresentam um estudo das orações subjetivas e objetivas nas fases arcaica (séculos XIII a XV) e moderna (séculos XVI e XVII) do português. O quadro teórico utilizado é o da gramaticalização e dessentencialização de orações (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; LEHMANN, 1988). Nessa perspectiva, levam em conta propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas tanto da oração matriz quanto da encaixada e também da interação entre elas. Seu propósito é verificar em que medida essas propriedades interagem sistematicamente na composição dos tipos de complexo oracional em questão, correlacionando-se, ou não, à sua gramaticalização.

Os autores analisam dados obtidos através de dois *corpora* diacrônicos: o de F.Tarallo, para a primeira fase, e o “Banco Informatizado de Textos do Projeto para a História do Português” (BIT-PROHPOR), organizado por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia. No artigo em tela, discutem resultados referentes a três parâmetros propostos por Lehmann para os níveis de integração das orações: *tipo semântico do predicado matriz*, *unidade semântico funcional representada pela oração encaixada* e *formato da oração encaixada*. Sua análise mostrou correlações sistemáticas entre os parâmetros mencionados, com relação aos dois tipos de orações. Contudo, orações subjetivas apresentaram menor variedade de padrões do que orações completivas objetivas. Esta diferença pode indicar que o processo de dessemanticização está mais avançado nas objetivas e ocorre nas subjetivas mais lentamente.

Ainda na linha dos estudos de gramaticalização, Araujo e Berlinck investigam o uso do pretérito perfeito composto no espanhol falado nas diversas regiões da Argentina, a partir de um *corpus* constituído de entrevistas radiofônicas de sete diferentes cidades, representativas das sete principais regiões. Seu objetivo é verificar em que estágio de gramaticalização se encontra o referido tempo verbal e também pôr em cheque a discussão de que essa forma verbal estaria desaparecendo naquele país.

Os autores destacam a evolução gradual que a forma verbal está sofrendo, sendo possível, sincronicamente, atestar a coexistência de diferentes valores semânticos a ela associados. Assim, o pretérito perfeito composto deixaria de ser predominantemente aspectual para assumir um valor temporal. Esse processo estaria relacionado à chamada dessemanticização do verbo *haber*, na perspectiva de Lehmann (1995).

Os artigos que se seguem, ainda na área da morfologia e da sintaxe, são fruto de análises variacionistas, na linha laboviana, tomando como referência o texto clássico sobre os fundamentos empíricos para a mudança, de Weinreich, Labov e Herzog (1968).

O artigo de Vítório focaliza as construções existenciais na fala culta alagoana e o preenchimento do sujeito em tais construções, à luz da Teoria da Variação e Mudança Linguística, conforme proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968). Adotando uma abordagem variacionista do fenômeno, a autora toma como referência estudos anteriores que já atestaram a tendência ao aumento do preenchimento do sujeito no português brasileiro (Duarte 1995) e pesquisas sobre os verbos *ter* e *haver* (Callou e Avelar 2000). Investiga, especialmente, se há uma tendência à realização de sujeito pronominal na posição pré-verbal nas construções com o verbo *ter*, resultado que traria uma evidência a mais para a indicação de uma mudança de parâmetro no português brasileiro – na direção de língua de sujeito obrigatório.

Seus resultados não só apontam a preferência do verbo *ter* sobre *haver* e *existir* como o aumento da realização do sujeito pronominal nesses casos, mesmo se considerando que se trata de verbos que, em princípio, não o exigiriam. Trata-se, assim, de um trabalho na linha da teoria da variação e mudança linguística de orientação laboviana, associada a princípios da sintaxe chomskyana, na linha da chamada sociolinguística paramétrica.

O trabalho de Ribeiro e Lacerda toma o fenômeno variável da concordância (nominal e verbal) para discutir questões relacionadas à mudança e não mudança linguística. Adotam a proposta de Weinreich, Herzog e Labov (1968), quanto à questão da mudança linguística, e o conceito de redes sociais de Milroy (1992).

Examinando uma comunidade rural de Minas Gerais – Oliveira Fortes, em que constatam um baixo uso da regra de concordância, mesmo entre pessoas com grau de escolaridade mais alto, e aplicando o conceito de rede social – as autoras pretendem demonstrar que há um conservadorismo no português brasileiro que se vincula às suas raízes históricas: a supressão da marca de plural seria uma marca do país rural, dos primeiros séculos. Em comunidades mais isoladas ou com redes sociais mais marcadas pela ruralidade, como é o caso da investigada, verificar-se-ia uma situação de conservadorismo, ou seja, de não mudança.

O artigo de Seixas e Alkmim investiga, com base na Teoria da Variação e Mudança Linguística laboviana, como se manifesta a negação sentencial em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX e, de uma forma mais específica, como se dá a implementação da negação sentencial [NãoVNão], tida como forma inovadora no português brasileiro atual. Seu *corpus* é constituído de dados obtidos em peças teatrais, correspondência privada e correspondência publicada em jornais, assim como editoriais de jornais. Uma das hipóteses centrais do trabalho é a que formula uma correlação entre construções negativas e pontuação como índice de limite sintático/marcador de pausa, dentro da estrutura frasal. Desse modo, as fases de implementação da construção inovadora são delimitadas a partir dos sinais de pontuação encontrados ao lado das referidas construções: inicialmente, ponto e vírgula; em seguida, apenas a vírgula e finalmente, sem pausa nenhuma.

Os dois artigos que se seguem discutem aspectos da mudança na área da fonética/fonologia.

O artigo de Barbosa da Silva traça um painel bastante abrangente das pretônicas no português brasileiro, de norte a sul. A autora revisita antigas hipóteses acerca das diferenças de pronúncia ao longo do território nacional, a partir da divisão proposta por A. Nascentes entre falares do Norte (incluindo o Nordeste) e falares do Sul (incluindo o sudeste). Baseada num vasto conjunto de análises precedentes, atesta que a alternância entre as vogais médias e as altas em sílaba pré-acentuada se verifica em todo o território brasileiro. Já a alternância entre pretônicas médias abertas e médias fechadas só se estabelece em parte do nosso território (no Nordeste e no Norte). Assim, esse traço da realização brasileira das vogais pretônicas distinguiria os chamados dialetos do Norte daqueles do Sul. Este é, portanto, o ponto central de seu artigo: uma discussão da origem dessa divisão dicotômica dos dialetos brasileiros.

A autora traz inicialmente elementos de ordem histórica, social e cultural, relacionados aos períodos de colonização de cada região, sua economia rural ou seu crescimento urbano, e aos próprios fluxos imigratórios. Esses dados, no seu conjunto, podem favorecer a hipótese de ter-se formado uma pronúncia inovadora na área do Rio de Janeiro, por influência da presença da Corte, em oposição à variedade conservadora, preservada nos centros mais antigos do Nordeste, como Salvador e Olinda. Os argumentos de ordem linguística provêm do exame de textos de gramáticos e foneticistas

portugueses, que incluem listas de palavras com a indicação de sua pronúncia correta, de acordo com as normas da época. Verifica-se que vogais pretônicas abertas existiam no português europeu desde o século XVI. No século XVIII, encontram-se indicações dessa pronúncia, motivada por aspectos etimológicos, através do uso de acentos gráficos, relacionados não só à intensidade, mas ainda ao timbre aberto, seguindo, portanto, as normas de pronúncia da época. Transplantada para o Brasil, a pronúncia deixa de ser associada apenas aos casos em que traduzia uma informação etimológica, e teria havido um rearranjo no sistema, perdendo-se as restrições contextuais.

O artigo de Carvalho trata de um processo de mudança em uma língua indígena amazônica, pertencente ao grupo tupi, o mawé, sobre a qual existem poucos estudos. Trata-se de uma mudança sonora que produz uma correspondência diacrônica entre um vocóide labial **w** e uma aspirada glotal **h**. A abordagem teórica adotada é a da Fonologia Evolucionária, de Ohala. Nessa perspectiva, as mudanças sonoras se originariam em um mecanismo não otimizador, caracterizado por erros na análise da percepção do sinal de fala. O autor está voltado para o processo de iniciação da mudança sonora (ou seja, a aquisição de uma regra fonológica distinta pelo aprendiz da língua), e não na difusão da mudança pela comunidade de falantes.

Sua hipótese é a de que a mudança em tela, de natureza dissimilatória, teria sua origem num processo perceptual de hipernormalização de um traço fonológico. O fato de tal mudança ser foneticamente implausível exige uma explicação especial que a Fonologia Evolucionária parece oferecer.

Fechando este número, a Resenha de TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G (2010) *Gradience, gradualness and grammaticalization: How do they interact?* por Furtado da Cunha e Silva, reitera a atualidade de conceitos já introduzidos nos textos iniciais deste volume, pondo em destaque aquelas que são as tendências mais recentes em estudos de mudança linguística.